

# Os antimicrobianos

**R**ecentemente o Brasil deu um importante passo na discussão relacionada ao uso de antimicrobianos na cadeia produtora de carnes. Promovido pelo Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações), foi realizado o primeiro encontro científico para tentar desmitificar a hipótese da transmissão de resistência bacteriana

dos animais para os seres humanos, além de apresentar o alto grau de tecnologia, segurança e controle envolvido na utilização de antimicrobianos na produção animal. O encontro contou com a participação de médicos, veterinários, infectologistas e sanitaristas.

Os antimicrobianos usados como melhoradores de desempenho poupam a cadeia de produção de uma perda estimada em quase 4% na conversão alimentar de frangos de corte e na diminuição de 17% no ganho de peso de leitões e de 7% nos suínos em crescimento. A falta desses insumos resultaria em um aumento de mais de 3% no custo direto de produção de frangos e de 9,2% em suínos, bem como na diminuição da absorção de nutrientes, aumento da carga de dejetos e maior estímulo à incidência de doenças entéricas. Seu uso, portanto, pode ser considerado vital para a cadeia produtiva, ainda mais quando se tem em mente a previsão da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em atender à demanda global de carnes em dobro para os mais de 9 bilhões de consumidores ainda na primeira metade deste século.



Por conta dessa importância, a polêmica que procura relacionar a geração de resistência em seres humanos com o uso dos moduladores de desempenho em animais é bastante preocupante, por se calcar no princípio da precaução, e não na evidência científica. A proibição deles na União Europeia resultou na desestabilização da cadeia produtiva, implicou aumento imediato da terapia antibiótica e incrementou custos que foram repassados aos consumidores e tiraram toda a competitividade da indústria no comércio internacional.

Diversas pesquisas sobre o assunto têm sido realizadas, e suas conclusões ratificam que o risco de resistência em seres humanos é extremamente baixo. É importante salientar também que as possíveis bactérias envolvi-

das na hipótese já foram identificadas, por exemplo, em fazendas orgânicas de produção de brotos de feijão, na água subterrânea dos rios e oceanos, em focas do Ártico, em porcos selvagens e babuínos, que se alimentam exclusivamente da natureza, e em amostras do subsolo congelado há mais de 30 mil anos. Em todos os casos, os testes jamais revelaram vestígios de contato animal ou humano, invalidando a teoria de que os antimicrobianos são os responsáveis por uma possível resistência.

Qualquer perigo motiva preocupação, contudo, não pode ser confundido com o risco, pois é apenas parte deste, que depende também de outra variável adicional: a exposição ou dose. Como exemplo, a probabilidade de alguém morrer atingido por um relâmpago é de 1 em 550 mil, e o risco da virginiacimina (melhorador de desempenho) na alimentação animal induzir resistência bacteriana em seres humanos é de apenas 14 em 100 milhões.

A iniciativa mencionada no início teve o êxito de sensibilizar a comunidade médica de hospitais como Albert Einstein, Sírío Libanês e Clínicas de que o uso dos melhoradores de desempenho segue protocolos científicos, legislação rigorosa e passa por controles que os qualificam como de risco insignificante à saúde humana. Não menos importante, a aproximação serviu também para desmitificar as práticas da cadeia produtora de carnes brasileira, já que veterinários e médicos são os agentes de liderança e conhecimento necessários e os mais afetados no exercício da profissão. ■



**ARIOVALDO ZANI**

é médico-veterinário e vice-presidente executivo do Sindirações